

D. PEDRO V

– NOTAS BIOGRÁFICAS –

D. Pedro V nasceu em Lisboa em 16 de Setembro de 1837 no Paço das Necessidades onde viria a morrer em 11 de Novembro de 1861. Filho primogénito da Rainha D. Maria II que mereceu da História o cognome de “Educadora” e do príncipe alemão Fernando de Saxe Coburgo Gotha, foi jurado herdeiro da Coroa em 26 de Janeiro de 1838 pelas Cortes Gerais e Constitucionais da Nação Portuguesa e em 8 de Julho de 1852, com quinze anos jura, perante os Santos Evangelhos, segundo o artigo 7º da Carta Constitucional, manter a religião católica, observar a Constituição Portuguesa e ser obediente às leis. Em 16 de Setembro de 1855 assume a plenitude das suas funções depois dos dois anos da regência de seu pai, chamado ao desempenho de tal cargo pela morte da Rainha em 1853. Em 1858, a 29 de Abril, contrai matrimónio com a princesa alemã Estefânia Frederica Guilhermina Antónia de Hohenzollern Sigmaringen, de quem fica viúvo em 17 de Julho de 1859.

D. Pedro V é um Rei jovem e de curto reinado – subindo ao trono com dezasseis anos é-lhe entregue o poder efectivo aos dezoito e morre com vinte e quatro anos, vítima de doença não completamente identificada. A sua vida foi meteórica e dela, apesar de ter presidido e participado em numerosas realizações tendentes a instalar em Portugal o ritmo do “Progresso” que oferecesse aos portugueses a melhoria de nível de vida de que a revolução industrial era na época o garante indiscutível, terá interesse, no momento da comemorações do décimo quinto aniversário da Escola Secundária de D. Pedro V, extrair não apenas o que fez, mas os valores que o terão norteado.

A vida de D. Pedro V decorre numa época de grande efervescência para Portugal. Saía-se dum regime estabilizado (monarquia absoluta coroando uma sociedade de ordens) para um novo regime que era preciso organizar e definir em termos portugueses: a famosa monarquia constitucional que enquadraria uma sociedade de classes. A passagem fora difícil: grandes entusiasmos e grandes medos, lutas sanguinolentas opondo os portugueses partilhados entre projectos diferentes com todo a coorte de golpes e contra-golpes ao ponto de

se chamar a intervenção estrangeira para impor a paz a tamanho desassossego; grandes reformas em que se via a afirmação da liberdade – o grande credo dos liberais - , e grandes desilusões cujo paradigma poderá ser a retirada de Alexandre Herculano para a sua quinta de Vale de Lobos depois de largos anos empenhados na construção política da sociedade. Tudo isto era sintoma das dificuldades que se viviam, da polémica que se travava acerca do futuro nacional e que invadiram ainda o reinado de D. Pedro V não obstante a estabilidade governativa conseguida pela Regeneração (1851). Esta permitiu através de um novo Acto Adicional à Constituição (1852) a conciliação das facções mais radicais dos liberais e, por meio de um programa de desenvolvimento económico e administrativo, a união dos interesses daquela parte da população que se abre em leque da chamada pequena burguesia para cima¹.

É este momento de estabilidade governativa e dinamismo administrativo que engloba o reinado de D. Pedro V.

Mas se Portugal entrava num período de acalmia ao nível do governo, o seu programa económico ia lançá-lo para novas dificuldades. Na realidade, tratava-se de transformar uma economia rural e comercial, com uma indústria manufactureira rudimentar de moldes predominantemente artesanais dentro dos esquemas da sociedade do Antigo Regime peninsular, numa economia de estruturas agrárias capitalistas e indústria mecanizada. E isto num momento em que as águias da indústria europeia, cobertas pela capa de ideais humanitários da abolição da escravatura e dos imperativos científicos das viagens de exploração, olhavam com atenção o reservatório de matérias-primas que eram as colónias portuguesas; e isto num momento em que se começavam a discutir, nos grandes embates do liberalismo com as nascentes ideias socialistas, as categorias filosóficas e económicas da “propriedade” e das “classes sociais”. Todos estes assuntos se reflectem aliás, nos escritos de D. Pedro V que, atento à sua época, procurava entender o que nela mudava.

O reinado de D. Pedro V compreende grandes realizações, umas da sua responsabilidade directa, outras presididas por ele. A reafirmação da independência nacional face às tentativas da união ibérica que encontrava defensores não só no país vizinho como entre nós, merecem-lhe particular atenção. E se por um lado, na questão do seu casamento opta por uma princesa

¹ Marques, Oliveira, *História de Portugal*, vol. II, Palas Ed. Lisboa, 1973.

que afasta o perigo levantado pelas propostas insistentes da sua união com a herdeira do trono espanhol, por outro orienta o assunto para a esfera da educação intelectual. Com esse objectivo se poderia ver o seu apadrinhamento à publicação da *História de Portugal nos séculos XVII e XVIII* da autoria de Rebelo da Silva em que se analisa “cientificamente” o que fora a perda da independência em 1580 e a sua restauração em 1640 e a própria criação do Curso Superior de Letras cuja estruturação eminentemente histórica teria também a finalidade de se estudar superiormente a história pátria². No campo da cultura destacam-se a libertação dos escravos pertencentes ao Estado (1856), a criação do Curso Superior de Letras acima mencionado, das cadeiras de Gramática Descritiva e Química Orgânica na Escola Politécnica e da Direcção Geral da Instrução (1859), à elaboração do projecto do Código Civil (1858) e à introdução do sistema métrico (1859). No aspecto das comunicações procedeu-se ao lançamento dos caminhos de ferro (1853, 1856), utilização de selos postais (1853), inauguração de telégrafo (1856), etc. No capítulo do fomento industrial, agrícola e comercial, organizam-se as várias Exposições Industriais no Porto (1855, 1857, 1861), e a participação esforçada de Portugal na Exposição Universal de Paris (1855)³, a fundação da Associação Industrial Portuguesa, a supressão dos morgadios e capelas ainda existentes (1860), a exploração do Barotze por Silva Porto (1853), etc, etc.

Educado para ser Rei, pode depreender-se da memória que dele guardaram os seus contemporâneos (é vastíssima a bibliografia sobre esta monarca)⁴ e dos seus numerosos escritos, que viveu essa função não com o sentido de usufruir o lugar cimeiro da sociedade para onde o projectara o seu nascimento, mas no esforço de se superar, exigindo-se a escrupulosa observância dos seus deveres que iam desde a acção governativa até à disponibilidade para atender aqueles de quem era rei.

Rei constitucional, competia-lhe o poder moderador e a chefia do executivo. Pelo poder moderador interferia nas questões relativas à manutenção da independência nacional, do equilíbrio e harmonia dos partidos políticos; pelo segundo, exercia a governação através dos seus ministros sem no entanto estar vinculado à política que eles desenvolvessem, sendo este um dos grandes princípios do constitucionalismo. Porém essa distanciação da responsabilidade

² Macedo, Borges de, *A História de Portugal nos séculos XVII e XVIII e o seu Autor*, ed. Imprensa Nacional. Lisboa, 1971.

³ Leitão, Ruben A., *Estética do Romantismo em Portugal*, ed. Grémio Literário. Lisboa 1974.

⁴ Ibid, “Contribuição para a bibliografia de D. Pedro V”, *Boletim Internacional de Bibliografia Luso-Brasileira*, vol V, 1964.

do executivo não o levava a alhear-se da marcha dos negócios políticos. Em determinado momento comenta para o seu grande amigo, o marido da Rainha Vitória da Inglaterra, Príncipe Alberto: “Se bem que o soberano, segundo as antigas constituições, não tem responsabilidade, ou segundo o absurdo sofisma francês, deve reinar e não governar, apesar de tudo, ele tem responsabilidade perante Deus e o Mundo”⁵.

Por outro lado, de acordo com as crenças da época, ser Rei era ser o modelo dos seus súbditos. Tarefa não fácil a avaliar pela frase com que sublinha a sua satisfação com os prémios concedidos pelo Júri Internacional da Exposição Universal de Paris (1855) aos expositores lusos que ele próprio quis entregar, assim como fez questão de lhes atribuir uma condecoração portuguesa: “Senhores – Não podeis deixar de compreender a satisfação que hoje me anima por ser chamado pelo meu ofício a tomar a parte mais viva nesta solenidade memorável.⁶ É um desses dias que Deus concede aos Reis para os compensar das suas fadigas e dos seus sofrimentos, e para os incitar a dedicar-se inteiramente ao bem dos seus povos.”

A sua educação, profundamente dirigida durante as suas infância e adolescência, foi rigorosíssima. Há um livro escrito pelo seu mestre de Latim⁷, disciplina que começou a estudar aos nove anos, que revela alguns desses aspectos. Aprendeu alemão desde a mais tenra idade e, na altura própria, a ler, escrever e contar. Com nove anos exige-se-lhe o estudo do latim, três vezes por semana e para se ter em conta o conteúdo da matéria basta acompanhar a alegria do professor ao relatar que em pouco tempo o príncipe fora capaz de traduzir o “Epítome da História Romana” de Eutópio. Além desta disciplina que o próprio mestre dizia ser muito aborrecida para os meninos (sic), estuda Inglês, Desenho, Pintura, Música e História Natural. Aos doze anos alarga-se o curriculum para Grego, Retórica, Filosofia Racional e Moral, Princípios de Direito Natural e História. Com treze termina o Latim e entra pela Matemática com Filipe Folque, prossegue as Humanidades com António José Viale e aprende Dança, pratica Ginástica e Esgrima. Aos dezasseis recebe lições de Equitação e Artes Militares. Todos os seus estudos foram submetidos a exames que decorriam com um cerimonial de pompa e excepção. Foi o seu professor de Latim, Francisco António Martins Bastos que, aquando das suas primeiras aulas,

⁵ Ibid, *Diário da Viagem a França del-rei D. Pedro V* (1885), pag 26.

⁶ Ibid. ob. cit. – *Estética ... Portugal*.

⁷ Bastos, Francisco António Martins, *Memórias para a história del-rey fidelíssimo o Senhor Dom Pedro V e de seus Augustos Irmãos*, Typographia Universal. Lisboa, 1863.

teve a luminosa ideia de propor tal prática à Rainha que aderiu com entusiasmo. Era a primeira vez que tal se fazia na Casa Real e era a primeira vez que príncipes reais iriam prestar provas dos seus estudos. E a cena do primeiro de uma longa e continuada série de exames que filtrarão os estudos do futuro Rei e dos seus irmãos é descrita pelo autor da ideia e até nos arrepiam a nós, hoje, que vivemos longe das teorias da criança-homem miniatura, imersos nas pedagogias das maturações intelecto-afectivas dos que aprendem nas escolas. O real examinando sentado a uma grande mesa coberta com um pano de damasco vermelho, frente a uma assistência que reunia não só os Reis seus pais sentados em cadeiras proeminentes, como os mais altos dignitários da Corte; sorteados os temas que tinham sido previamente escritos em pequenas tiras de papel enrolado para evitar qualquer “possibilidade de patronato ou parcialidade” (sic), o príncipe tinha de mostrar o que valia. Conta o mesmo professor que no primeiro exame, o futuro D. Pedro V, com nove anos apenas, estava com tanto medo que pediu para rezar antes de prestar a prova. Perante tamanho júri só Deus lhe podia valer, Deus e a sua prodigiosa memória e inteligência, pois é do consenso geral e pode concluir-se dos seus escritos que D. Pedro possuía uma inteligência superior. Quando mais tarde se debruça sobre o tema “exames”, é com conhecimento de causa que se pronuncia.

Os tempos livres eram gastos, disciplinadamente em dias e horas convencionadas em passeios e brincadeiras pela quinta do Palácio das Necessidades onde uma das ocupações – cultivar talhões de terra com flores, hortaliças e arbustos -, deu origem ao Jardim Botânico em que se transformou uma parte daquela quinta. Do mesmo modo, um dos passa-tempos tão ao gosto da época - as colecções de minerais, vegetais e animais – foi praticado pelo príncipe e seu irmão D. Luís com o objectivo, que se veio a concretizar, de formar no Palácio um Museu de História Natural. As colecções que o constituíram foram “cientificamente” organizadas pelos dois, ajudados por um professor para isso convidado e, mais tarde, entregues à Universidade de Coimbra como presente do futuro Rei, aquando de uma viagem da Família Real ao norte do país.

Da educação dos infantes fazia também parte o desenvolver a atenção e o respeito pelas outras pessoas, todas as pessoas. Conta o referido mestre que a deferência dos reis para com os professores era imensa e que os seus filhos eram orientados nesse sentido, mas sempre com a consciência da alta esfera a que pertenciam e que dada a ambiguidade que podia implicar requeria uma interiorização cuidada. Foi o caso, por exemplo, ocorrido com este professor,

que na escala social e profissional era um “simples professor de meninos” (sic), mas que era conhecido pela eficácia do seu ensino (tão conhecido que a Rainha, atenta, o escolhera para ocupar aquele lugar), foi em certa ocasião presenteado pelos seus reais alunos com uma caneta de ouro gravada com as armas de Portugal. No momento de lha entregarem, os príncipes usaram-na escrevendo num papel os seus nomes; queriam significar que a caneta saía enobrecida pelo facto de ter sido usada por eles e dessa maneira honravam o professor.

Em criança e adolescente, D. Pedro foi pois submetido a uma rigorosa utilização do seu tempo entre o aprender e o atender. Com gravidade foram-lhe inculcando a gravidade do seu destino. Ter-lhe-á valido o ambiente familiar que o rodeou nesta parte tão fundamental da sua vida. Testemunhos da época dão a conhecer duma maneira unânime o afecto que unia todos os membros da família real e a constante presença interessada e amiga dos Reis junto dos seus filhos no dia-a-dia. A Rainha assim como presidia aos estudos deles, ocupando-se da escolha dos professores e analisando os programas dos estudos, também zelava solícita pelas suas doenças e brincadeiras. O Rei passava muito dos seus tempos livres com eles, levava-os à caça, fazia música e há descrições das tardes passadas nos Jardins do Palácio, entre jogos e conversas. Mas cedo D. Pedro é atingido pela morte da Mãe que aos trinta e quatro anos de idade o deixa órfão de dezasseis. O choque terá sido rude para toda a Família Real e de acordo com as informações da época, passa a fazer parte dos hábitos do novo Rei, prestar homenagem ao túmulo de sua Mãe sempre que se ausentava do país ou quando a ele regressava. Ter-lhe-á valido este afecto para enfrentar a vida de rei. Nela desenvolvem-se as linhas em que foi educado.

A atenção aos outros fá-lo colocar no Palácio as célebres “caixa azul” e “caixa verde” onde se podiam depositar as petições com a certeza de acesso directo ao Rei. A sensibilidade à dignificação que a instrução promove, levam-no a criar algumas escolas populares de instrução primária nos palácios onde geralmente habita: Necessidades e Mafra (1855 e 1856). Estas escolas eram sustentadas por ele e por ele seguidas de perto. É por isso que António Feliciano de Castilho lhe escreve no sentido de se adoptar na escola das Necessidades o seu método de aprender a ler. Tal medida dar-lhe-ia aval para ser ‘universalmente’ aceite⁸. Concede ajuda monetária a muitas outras entre as quais, no Curso Superior de Letras, às três principais cadeiras convidando Herculano a reger uma delas. A exigência de sistematização da sua experiência vital decorrente da sua formação

⁸ Branco, Fernando de Castelo, António Feliciano de Castilho, *Correspondência Pedagógica. Selecção, Introdução e Notas por*.

de intelectual, levam-no a criar um sistema de referências próprias em que se destacam, através dos seus escritos e atitudes, a coerência, ou seja, a concordância entre o pensar e o agir, e a fidelidade aos valores do espírito sobrepondo-se aos materiais.

Leitor crítico de relatórios e pareceres por ossos do ofício, define-se um dia como “amigo dos que trabalham”⁹ e noutra ocasião “Eu sou chamado a ser um desses operários silenciosos, mas que também fazem grandes obras”¹⁰. Do mesmo modo aquando das suas viagens ao estrangeiro: em 1854 visita a França, Bélgica, Holanda, Prússia, Principado de Gotha, Saxónia, Áustria e Inglaterra; em 1855, vai à França, Itália, Suíça, Bélgica e Inglaterra. Impõe-se escrever as suas impressões disciplinadamente todos os dias, integrando-as em análise reflectida. Isto demonstra esforço intelectual e exigência que revelam a maneira como vivia a sua função. Tomava tão a sério o seu papel de rei que quando trata de receber a noiva que nunca vira e que os meandros da política designariam, se lhe refere como aquela em “que hei-de saber concentrar todas as minhas afeições (...)”¹¹ ...

O seu reinado foi teatro de algumas calamidades como tremores de terra e epidemias de febre amarela e cólera *morbis*. Assistia às vítimas com tanto empenho que muitas vezes era necessário evocar a razão de Estado para o refrear.

A sua vida particular também foi dura: além de assistir ao desaparecimento prematuro da Mãe, vive o da sua Mulher catorze meses depois de casar e o de vários irmãos e amigos. Propenso a uma certa melancolia desde pequeno, D. Pedro V, antes da sua própria morte, fica como que obcecado pela ideia de morrer e sofre, imaginando que os seus amigos, pelo facto de o serem, seriam tocados mais cedo por ela.

A sua craveira intelectual permitia-lhe pensar com informação e formação o mundo que o rodeava. Rei, não podia trocar impressões livremente como qualquer simples mortal. Culto, dificilmente encontrava interlocutor. Ruben Andresen Leitão, o seu mais actualizado biógrafo, considera-o um homem isolado o que é sinónimo de sofrimento. Dele escreve: “D. Pedro V é o primeiro homem moderno em Portugal, trabalha isolado, não tem junto dele uma geração: os liberais do Porto já estão cansados e velhos, os jovens socialistas da

⁹ Ibid. Ob cit^a imediatas, antes.

¹⁰ Leitão, Ruben A., *Diário...* França, pág. 202.

¹¹ Leitão, Ruben A., *Cartas de D. Pedro V aos seus contemporâneos (...)* pág. 125.

geração de 70 estão muito novos para poderem prestar a colaboração a quem tanto precisava de uma força de arranque. Este isolamento de D. Pedro V é um dos seus dramas íntimos, não tem com quem dialogar, menos com quem falar das coisas que aconteciam no mundo em relação ao futuro. Alexandre Herculano, o Conde de Lavradio, Sá da Bandeira são excepções com os seus limites e para tanto basta ler os escritos e a correspondência do Rei.”¹²

Quando se faz a abordagem da vida de uma pessoa, qualquer pessoa, uma das coisas que ocorre pensar é se terá sido feliz. Ora a felicidade resulta da consecução do projecto pessoal que se vai elaborando ao longo da vida, naquela relação de vai e vem entre a sociabilização a que somos submetidos e o modo como nos vamos descobrindo e sonhando. E a felicidade será, na sugestiva visão ortegueana, como a agulha do aparelho registador marcando a concretização da autenticidade construída. Submetido a uma profunda sociabilização, terá D. Pedro conseguido realizar-se na sua autenticidade? Terá tido apenas a capacidade de se submeter o melhor que pôde ao peso daquilo que a sociedade esperava dele? De qualquer modo, conduziu a sua função com inteligência e probidade e soube mostrar que a nobreza não consiste afinal em usufruir direitos, mas em assumir os deveres para com os outros e as exigências em primeiro lugar para consigo próprio.

Terá sido um modelo para os seus súbditos e para nós, seus compatriotas dum futuro que ele quis preparar, uma figura a considerar.

MARIA TERESA PIMENTA

1984. Nas comemorações do 15º Aniversário da Escola Secundária D. Pedro V, Lisboa.
A autora era, na altura, professora do 10ºA dessa Escola.

¹² Ibid. *Diário França*, pág. 24.